



História Unicap
ISSN 2359-2370

Natureza, tempo e a arte do prognóstico nos escritos sobre o estado da agricultura na capitania do Siará Grande (séculos XVIII e XIX)

Nature, time and the art of prognosis in writing about the state of agriculture in the capitania of Siará Grande (Eighteenth and nineteenth centuries)

Diego Estevam Cavalcante*

diegoestevam@yahoo.com.br

Resumo:

Neste estudo apresentamos alguns discursos de autoridades coloniais e, também, imperiais, que debateram ao longo de suas gestões temas ligados à agricultura e ao mundo natural. A primeira parte será dedicada ao período colonial e em ato contínuo, a segunda parte ficará concentrada no quadro político imperial. Focando as atenções no que se acreditava ser prioridade na prática agrícola e baseando nossas investigações nos pressupostos teóricos da História Ambiental, o presente artigo aponta também para as percepções sobre a natureza e como esta poderia ser útil para o progresso econômico da capitania. Buscamos destacar aproximações e distanciamentos no conteúdo dos discursos de diversos agentes administrativos, além de interpretar as relações temporais contidas nesses textos, tendo como referência o conceito de *prognóstico*. A análise se fez em forma de cruzamento de fontes, contidas nas documentações do Arquivo Histórico Ultramarino que faz parte do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Relatórios de Presidente de Província e Memórias sobre as Exposições Universais.

Palavras-chave:

Natureza; Tempo; Prognóstico; Agricultura; História Ambiental.

Abstract:

In this study we present some speeches by colonial and imperial authorities, who have debated throughout their management issues related to agriculture and the natural world. The first part will be dedicated to the colonial period and in a continuous act, the second part will be focused on the imperial political framework. Focusing on what was believed to be a priority in agricultural practice and, basing our investigations on the theoretical assumptions of Environmental History, this article also points to perceptions about nature and how it could be useful for the economic progress of the captaincy. We seek to highlight approximations and distances in the content of the speeches of various administrative agents, in addition to interpreting the temporal relations contained in these texts, with reference to the concept of prognosis. The analysis was made in the form of a cross-section of sources, contained in the documentation of the Overseas Historical Archive that is part of the Barão do Rio Branco Rescue Project, Reports of the President of the Province and Memories about the Universal Exhibitions.

Keywords:

Nature; Time; Prognosis; Agriculture; Environmental History.

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará. Membro do GT Nacional de História Ambiental e do GT Estadual de História Ambiental - Seção Ceará.

Introdução

Em 1784, uma viagem à Serra da Ibiapaba foi ordenada pelo governador da capitania do Maranhão José Teles da Silva. Logo que foi nomeado governador naquele mesmo ano, levou para trabalhar consigo João Machado Gaio, pernambucano que, assim como ele, havia estudado em Coimbra, tendo sido ambos alunos de Vandelli (PEREIRA, 2012, p. 116). Essa viagem à Ibiapaba não foi uma escolha meramente aleatória, era justificada pelo fato de que desde o século XVII a região chamava a atenção das autoridades portuguesas devido ao seu clima mais temperado, ameno, frio, o que acarretava contraste em relação ao restante do território, de clima seco e árido. Essa multiplicidade de sensações climáticas dentro de uma mesma região gerava interesse da coroa, especialmente quanto à possibilidade de organizar fluxos migratórios para possível povoamento de famílias oriundas das ilhas da Madeira e Açores (CESCO, 2009). Por isso mesmo a viagem empreendida por João Machado Gaio era sobremaneira importante para as intenções portuguesas e seu projeto colonizador (PEREIRA, 2012, p. 116).

Destacando em suas observações aspectos da vegetação, Gaio procurava sempre apontar as potencialidades práticas dos elementos naturais, além, é claro, buscava reduzir ao sistema de Lineu¹ espécies por ele consideradas desconhecidas. Se atenta também sobre as madeiras que poderiam ser usadas em construção naval, bem como sobre as plantas que os indígenas usavam nas práticas de cura. Chama a atenção a forma como ele colocava a relação desses povos com esses tipos de plantas, reforçando que os naturais da terra se recusavam a ceder informações a respeito delas para os estrangeiros. Os motivos para isso poderiam ser os mais variados possíveis, sendo a desconfiança com os portugueses a mais provável. É salutar considerar que o sucesso dos colonizadores no conhecimento do mundo natural brasileiro dependeria efetivamente do grau de envolvimento destes com os indígenas, esses últimos amplos conhecedores dos recursos naturais da colônia. Por outro lado, à medida que se adentrava nos sertões do Brasil, o conhecimento local que permaneceria fechado com os naturais da terra se tornaria universal diante das incursões e dos estudos dos naturalistas colonizadores europeus (LATOURET, 2000, p. 351).

Gaio passou pouco tempo em Ibiapaba – menos de um mês para ser mais exato, entre treze de julho e quatro de agosto de 1784 –, talvez por isso seu empreendimento não tenha rendido tanto aprofundamento nos conhecimentos sobre a área como se esperava. Ou como destaca Magnus Roberto de Mello Pereira, também sua falta de rigor técnico pode ter atrapalhado suas análises, quando, por exemplo, em determinados momentos evidenciava não ter conseguido reduzir algumas espécies ao sistema de Lineu por “já terem frutificado e estarem irreduzíveis”, ou mesmo quando não conseguia “depois de longo trabalho determinar o gênero” de uma planta. Contudo, não se pode deixar de considerar

¹ “O sistema lineano é funcional: a assim chamada nomenclatura binômica consta de duas palavras: o nome do gênero e uma adjetificação específica que distingue a espécie entre todas as outras do mesmo gênero, exatamente – afirma Lineu – como acontece com o cognome e o nome dos seres humanos. Identificar a espécie não significa somente distingui-la, mas também reconhecer as suas afinidades com as outras que pertencem ao mesmo gênero. O uso do latim evita a confusão das línguas nacionais. Lineu compara a classificação a um exército subdividido em legiões, batalhões, companhias e pelotões, concebendo-a como um sistema hierárquico de grupos inclusive em grupos cada vez mais amplos”. ROSSI, Paolo. O nascimento da ciência moderna na Europa. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 337-338.

que se tratou de uma das primeiras viagens filosóficas oficiais ordenadas por representantes do governo visando percorrer as capitanias do Norte do Brasil e, por isso mesmo, digna de atenção (PEREIRA, 2012, p. 116-120).

A viagem pela serra da Ibiapaba ocorreu exatamente cinco anos após a divulgação de alguns manuais sobre técnicas de reconhecimento, investigação, prospecção e envio de exemplares de produtos naturais. Deste modo, se a região da Ibiapaba já era visada devido ao seu clima próximo ao de outras colônias portuguesas do Atlântico Norte, como Madeira e Açores, após a divulgação destes documentos o que se viu foi o começo do envio de produtos minerais para serem estudados e assim ser possível ter uma melhor noção das possíveis potencialidades da natureza da região².

Nesse sentido, as informações prestadas por João Machado Gaio servem de apresentação para tentarmos compreender o contexto do período, especialmente no que tange às trocas de conhecimento sobre o mundo natural da colônia americana, entendida aqui como a capitania do Siará Grande. Mundo natural esse que, para os objetivos deste trabalho, ficará delimitado ao reino vegetal, compreendido aqui quanto às matas e suas congêneres, tendo em vista o grau de importância que estes recursos desempenharam para o império ultramarino português. Buscaremos localizar os discursos, as interpretações e ideias dadas por diferentes sujeitos acerca das possibilidades de fazer a capitania se tornar próspera e lucrativa para a coroa portuguesa. Lucratividade essa que obrigatoriamente passava pelo cultivo da terra. Ao mesmo tempo intencionamos demonstrar se os projetos se concretizaram ao longo do século XIX, quando da ocasião de emancipação do Império do Brasil e consequente mudança do Ceará de capitania para província.

Por fim, é imperativo ressaltar nessa introdução que ao abordar as relações entre natureza e cultura nos tempos históricos um desafio se faz presente. Qual seja, como transformar em narrativa, em história, elementos que muitas vezes fogem ao nosso ofício? Socializar a natureza torna-se então um caminho inevitável. É pensando por essa perspectiva que diálogos com as bases teóricas da História Ambiental são necessários. Deste modo, debruçamo-nos sobre os três níveis basilares elencados por Donald Worster para definir o que seria essa história e como os historiadores interessados nela procederiam. O primeiro nível trata dos estudos da natureza de forma “[...] propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. [...] Dos aspectos orgânicos quanto inorgânicos” (WORSTER, 1991, p. 202); o segundo nível se refere às questões socioeconômicas, que em linhas gerais trata de perceber como grupos, sociedades ou indivíduos se relacionaram com o meio ambiente à sua volta de forma a gerar força de trabalho, bens de consumo e outras particularidades a partir dos recursos naturais, um exemplo disso é a agricultura e suas interfaces; por fim, e não menos importante, o terceiro nível vem para compreender aspectos que são:

Exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos. (*Idem, ibidem*, p. 202).

²Destacam-se deste período os documentos *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes a Historia da Natureza, para formar um Museo Nacional*, além do *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Natural nas suas peregrinações deve principalmente observar*, ambos de 1781 e 1779, respectivamente.

O terceiro nível é o que mais nos interessa aqui e estará ligado às discussões que ocorreram entre forças administrativas do Ceará na transição do século dezoito em diante acerca da situação em que se mostrava a agricultura da Capitania do Siará Grande naquele momento.

Entre o cultivo e a escassez: a potencialidade da Capitania do Siará Grande em fins do século XVIII.

A partir da gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Ministério da Marinha e Ultramar tomou a decisão de enviar aos governadores das capitanias obras contendo instruções elaboradas por naturalistas e que deveriam ser distribuídas entre os moradores locais, a fim de que tomassem conhecimento sobre as formas mais eficazes de cultivo e meios menos onerosos de lidar com a natureza (DIAS, 2005, p. 56-57). Deste modo, foram enviados em 31 de julho de 1798 e em 14 de março de 1799 ao governador da capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, mensagens ordenando que se fizessem chegar às mãos dos moradores locais as obras de naturalistas sobre os meios mais práticos de trabalhar com a terra. Cabe lembrar que os materiais didáticos não eram gratuitos, deveria o governador vendê-los conforme julgasse mais conveniente (VASCONCELOS, 1800, p. 1-2). Com essa medida, a coroa portuguesa visava o lucro duplamente. De forma imediata, com a renda das vendas dos livros; a outra seria a longo prazo, decorrente das mudanças de atitudes dos lavradores em relação à natureza.

Em 1º de outubro de 1800 o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos (1800, p. 1-2) enviou um ofício destinado ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho dando nota “sobre as instruções coligidas por naturalistas”. As formas mais convenientes que o governador encontrou de distribuir os livros se deu no dia da arrematação dos dízimos reais, quando se encontrava reunida a massa populacional da capitania para o pagamento de impostos, tornando mais profícua a apresentação do material. As únicas recomendações das autoridades ministeriais no ato da distribuição era de que se exibisse os livros em público juntamente com demonstrações. Levando em consideração o grande número de analfabetos moradores das colônias, a apresentação prática se mostrava a forma mais eficaz de fazer com que os moradores abstraíssem os conhecimentos contidos nas instruções, evitando o uso errôneo, bem como prejuízos avultados para a coroa.

Em relação a essa proposta de envio de manuais de História Natural voltados para a economia pragmática, no que se refere ao Ceará, podemos deduzir que estava diretamente ligada às queixas que os funcionários encarregados de administrar a capitania faziam chegar às autoridades em Lisboa. As críticas estavam voltadas principalmente para a recusa com que os moradores tinham em se ocupar com atividades de lavoura, limitando-se à criação de gados. Um exemplo nesse sentido vem da mensagem dirigida em 1782 pelo capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray³, direcionada ao Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Neste ofício, o Capitão-mor queixava-se justamente do modo como os habitantes do Ceará, até o momento de sua chegada, não aceitavam plantar

³João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray foi nomeado Capitão-Mor da Capitania do Ceará em decreto expedido pela Rainha D. Maria I, em 07 de agosto de 1780.

mandioca, dando atenção somente à pecuária. Por conta disso a capitania, não raras vezes, passava por um processo de desabastecimento de suprimentos.

No período colonial, as crises de abastecimento apareceram como um problema constante com o qual diversos administradores tiveram de lidar. A mandioca, considerada desde sempre como elemento essencial para a alimentação da população local, sofreu grandes baixas na sua produção em diversos momentos a partir do século XVII. Francisco Carlos Teixeira da Silva analisando esses fenômenos de fome na Bahia, indica que foi principalmente na segunda metade dos Seiscentos que a então capital da colônia sofreu com sucessivas crises de desabastecimento de mandioca, o que impossibilitava a subsistência mínima da população. Sofriam mais fortemente com esse problema os soldados de infantaria, pagos por seus serviços com farinha “de guerra”. Dentre os motivos apontados pelo autor estava uma epidemia vulgarmente chamada de peste, que se alastrou pela cidade dizimando grande soma de moradores e a qual não se tinha meios de combatê-la ou mesmo controlá-la. Isso ocasionou tanto a diminuição da produção local de mandioca quanto a que era recebida de outros locais, haja vista a negativa dos marinheiros de atracarem no porto de Salvador (SILVA, 1990, p. 185).

Ainda de acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, outro entrave era o fato de que os governadores tiveram que lidar com a recusa dos grandes latifundiários em plantar a mandioca, o que levou a uma queda de braço entre os administradores e senhores de terra, com aqueles expedindo ordens sobre estes obrigando-os a participarem da cultura da raiz. A seca, a falta de incentivo em relação aos preços praticados na compra da produção e a ausência de terras para cultivo são apontadas pelo historiador como outros entraves para o plantio de mandioca.

Também em relação à região da capitania da Bahia, Bert Jude Barickman mostra como esses três gêneros agrícolas estiveram lado a lado na base da produção rural da então capital do Brasil. Trata-se de uma tentativa, nas palavras do próprio autor, de superar aquilo que ficou conhecido por Maria Yedda Linhares como “visão plantacionista” do processo de ocupação e colonização do território brasileiro no período colonial. Para Barickman, os adeptos dessa visão tendiam a explicar a ocupação territorial brasileira somente do ponto de vista de uma grande *plantation*, ou seja, de que não houve espaço para o cultivo de outros gêneros agrícolas concomitantemente enquanto se dava as plantações de cana. E de fato o autor rompe com essa tradição ao demonstrar através de farta documentação e profundidade intelectual de que o recôncavo baiano não era dedicado somente às lavouras de cana (2003, p. 27).

Os diferentes tipos de solo, conforme apontado por Barickman, sugeriam outra dinâmica. O de massapê só era eminentemente valioso para um tipo de gênero, a cana-de-açúcar. Fumo e mandioca não se davam bem nesse terreno porque em tempos de chuva o solo de massapê se transformava num grande lamaçal quase intransitável e, por outro lado, em tempos de seca, virava uma crosta tão dura quanto pedra. Mandioca e fumo se davam melhor em terrenos mais leves e arenosos. Diante disso o autor infere que não se pode falar em uma exclusividade de *plantations* de cana-de-açúcar no Recôncavo baiano. Fumo e mandioca ajudaram a completar a dinâmica social e econômica da região. (*Idem*, p. 43)

Reconhecemos que ambos os autores são de tradições historiográficas diferentes – Francisco Carlos Teixeira da Silva defendeu sua tese sendo orientado por Maria Yedda Linhares –, ainda assim é importante trazer

Barickman para o cerne da presente reflexão porque ao menos em um ponto os autores convergem: a dificuldade do Estado Português em fazer com que os grandes latifundiários mantivessem espaços de plantio de mandioca como forma de prevenção para possíveis ciclos de escassez. Para superar esse obstáculo as autoridades tiveram que expedir decretos que obrigavam esses latifundiários a plantar mandioca. (SILVA, 1990, p. 216-219; BARICKMAN, 2003, p. 105).

Mesmo tratando da dinâmica das capitanias da zona da Mata Atlântica, dotadas de outros movimentos econômicos, os textos de Francisco Carlos Teixeira da Silva e Bert Jude Barickman são esclarecedores sobre a questão da preocupação com que os governadores e administradores de modo geral tinham com a iminente falta de alimentação nas áreas sob sua jurisdição. No caso de Salvador o apelo maior estava, óbvio, em alimentar a população para evitar sublevações, motins, desordens, como no caso dos soldados de infantaria que não receberam sua parcela de farinha, única forma de pagamento a qual estavam condicionados (SILVA, 1990, p. 201). Acreditamos que essa tenha sido uma preocupação geral, inclusive para o caso do Ceará, para além do discurso de incentivo à diversidade econômica defendido por João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray já no final do século XVIII.

Outra reclamação que João Batista Montauray relatava para o Ministro Martinho de Melo e Castro girava em torno da proibição de se instalar uma navegação direta entre a capitania do Siará Grande e a Corte, algo desejado pelos habitantes. Acreditava o Capitão-mor que, com a permissão de se navegar diretamente para Lisboa sem ser preciso o intermédio da capitania de Pernambuco, seria possível aumentar os interesses dos colonos em produzir mais e consequentemente aumentar a renda do Erário Régio.

Mesmo após a implementação da política da coroa portuguesa em ressurgir a agricultura nas possessões ultramarinas como forma de alavancar as finanças, a capitania do Siará Grande ainda se encontrava em processo de adaptação e mudanças nas atividades econômicas, o que acarretava atrasos na produção agrícola, tanto a voltada para a exportação quanto a de subsistência. O capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray não poupou críticas nesse sentido:

Quando eu cheguei ao Ceará, era tal a indolencia e inercia dos seus habitantes q.ate a cultura do seu proprio pão, e principal sustento, era deles ou não conhecida, ou desprezada pela preguiça, e basta dizer-se q. a farinha de pão, ou de mandioca (o seu pão deles) lhes vinha de Pernambuco, e das outras Capitánias do Sul, e sendo isto já m^{to} notório, aqui o poderá dizer o Gov.^{or}, e Cap.^mGov.^{or} q. foi d'aquelas Capitánias Jozé Cezar de Menezes. Limitava-se a preguiçosa industria d'aqueles povos do Ceará na Creação de Gados, e na sua matança nos portos do Aracati, Accaracú, e Camossim da mesma Capitania p.^a depois de secas se transportarem aos mais portos do mesmo Brazil, e nafabrica de algumas solas, e couros salgados, e na pequena plantação de algum tabaco: esta era toda a riqueza e indústria d'aquela colonia. (MONTAURY, 1782, p. 2)

A preferência dada a outras práticas econômicas em detrimento da cultura da mandioca não era exclusividade da capitania local, muito menos limitada ao século XVIII. Francisco Carlos Teixeira da Silva indica que já no século XVII, quando a Holanda ainda dominava algumas capitanias do Norte, os habitantes da região do Cabo de Santo Agostinho preferiam se dedicar ao plantio de cana de açúcar, deixando a mandioca em segundo plano, limitada sua cultura somente a alguns moradores (1990, p. 87).

As novas políticas do reino em relação à economia tiveram impacto direto na administração das possessões coloniais, e com a gestão de Montauray não foi diferente. Orgulhoso de suas conquistas, enfatiza que:

[...] logo depois de hum ano de Governo, tive a satisfação de ver vencida esta innercia, e logo a Capitania se vio, e se acha fertilizada da farinha do pão da terra, em tanta abundancia q. não só chega p.^a o seu consumo e a faz não precisar já da que antes se vinha de fora, mas até mandou para Pernambuco alguma farinha nos anos de 1788, e 89, quando aquela Capital precisou daquele genero, e tambem se corre a Capitania de Piauhy dele. (MONTAURY, 1782, p. 2-3)

Além de incitar a população a produzir os gêneros mais necessitados para subsistência, na missiva ele sugeria ainda que havia introduzido também a cultura de outras variedades agrícolas, como o arroz e o açúcar, que segundo ele se tratava de uma cultura desconhecida na capitania, ou seja, pouco aproveitada, e que a partir de seu cultivo tornou-se possível suprir a demanda local. Sua visão era de otimismo em relação à produção agrícola, tanto porque havia tirado as pessoas da “inércia” que causava improdutividade quanto pelo fato dele ter ressaltado que durante os anos em que esteve à frente da capitania não houve nela nenhum período de estiagem, o que poderia, caso tal fenômeno climático tivesse ocorrido, inviabilizar os projetos de Montauray.

Por esse período o algodão começava a despontar como um dos grandes expoentes econômicos. Montauray destaca sua abundância nos terrenos e sua qualidade, de modo que sua reputação passou a ser a mais alta entre as capitanias da América portuguesa. Essas adjetivações se confirmariam com os números de exportação, quando o mesmo Capitão-mor afirmou que “[...] a mayor parte do q. vem de Pernambuco p.^a esta Corte, he o daquela Capitania” (MONTAURY, 1782, p. 3). A capitania do Siará Grande entrava na fase de transição de ciclo econômico. No momento em que a pecuária e seus derivados entravam em declínio, a agricultura voltada ao mercado emergia no território após incentivos e cobranças diversos por parte da coroa portuguesa. O algodão consolidava-se como uma das mais promissoras forças econômicas da capitania e, conseqüentemente, do império português. Nesse sentido, importa destacar que se tratava menos de uma atividade para fins de subsistência, voltando-se mais para uma agricultura comercial.

“Serras fertilíssimas e rios caudalosos”: projeções em torno da agricultura no século XIX.

Toda a movimentação que vimos anteriormente em torno dos produtos advindos da terra visava um único propósito: diversificar a economia da capitania, aumentando as arrecadações reais sobre os gêneros cultivados pelos colonos. As condições existentes, contudo, não favoreciam a dinâmica de gêneros agrícolas. A questão do plantio da mandioca, a título de exemplo, continuava sendo barreira a ser superada mesmo após quase duas décadas da gestão de João Batista de Azevedo de Montauray. Em 1801, Bernardo Manuel de Vasconcelos dava conta de ordens recebidas diretamente da corte acerca do cultivo deste gênero no Ceará e as medidas que foram tomadas:

Tendo-me V. Ex.^a dito no Seo Officio de 1 de Novembro do anno passado que em consequencia da Conta o Intendente geral da Policia da Corte e Reino dera ao Principe Regente Nosso Senhor sobre a prompta sahida que teve a Mandiôca vulgarmente chamada Farinha de Pao conduzida pelos Mestres dos Navios dos Comboios que a esse Porto de Lisboa chegarão do Pará e Maranhão Ordenava o mesmo Augusto Senhor que eu procure com a maior actividade, e zelo augmentar, e promover cada vez mais a cultura deste Genero necessario e interessante. Passei immediatamente a expedir Officios às Camaras em cujos Districtos se não costumava ou por indolencia, ou por antiga persuazão a cultivar este genero para que em virtude da Real Ordem, que V. Ex.^a me dirigio avizassem aos donos de Fazendas e pessoas abastadas, que nas terras que por qualquer titulo possuissem começassem logo a estabelecer plantaçoens da Mandiôca, não só na conformidade da mesma Ordem para comum subsistencia destes Habitantes, mas tambem a for de todos os Povos desse Reino nas occazioens em que dellevenhao a estes Portos embarçaçoens de guerra da Corôa ou Mercantes para nelles se fazer a exportação do mencionado Genero (VASCONCELOS, 1801, p. 1-2).

Bernardo Manuel de Vasconcelos concluiu a correspondência destacando que na ocasião de uma viagem que fez à Vila de Lavras da Mangabeira para inspecionar as minas de ouro descobertas na região em tempos pretéritos, aproveitou para estimular os habitantes a se inclinarem no plantio da mandioca. Orgulhava-se por, segundo ele, ter conseguido bons resultados nesse sentido, de modo que já colhia os frutos dessa investida, apresentando números referentes à colheita que giravam em torno de “mil e cem alqueires da dita Farinha”, que seriam tanto exportados quanto usados para o suprimento da colônia.

Ressaltamos que, na conjuntura de ocupação e formação do Ceará, a partir dos Setecentos e no decorrer do século dezenove, o território cearense era visto continuamente como um local de grande fertilidade. Esse solo fértil só era alterado nos momentos de estiagem, mormente as secas rigorosas e prolongadas. A rigurosidade deste fenômeno, por outro lado, ainda não chamava a atenção dos colonizadores, que pouco mencionam nos documentos do período os ciclos de estiagem, quando muito fazem referência parcialmente à seca de 1791 a 1793. Portanto, não nos causa estranheza que nas falas dos administradores coloniais a prosperidade da colônia através do incentivo à agricultura fosse algo tão recorrente.

Tais observações merecem destaque porque vão ao encontro de questões que propomos levantar neste artigo, quais sejam: situar os discursos das autoridades coloniais sobre a natureza da capitania do Ceará – pródiga, fértil, com potencial para o desenvolvimento econômico agrícola – em face de um período marcado por mudanças profundas a qual passava Portugal naquele momento. Transformações de ordem educacional, política e econômica que iriam reverberar nas colônias e nos modos de administrá-las.

O próprio Bernardo Manuel de Vasconcelos, logo que assume a governadoria do Ceará, em 1799, enviou para a administração superior em Lisboa uma carta descrevendo detalhadamente a situação em que havia encontrado a capitania. Entre os pontos detalhados, baseado em mapa administrativo elaborado pelo ex-provedor Francisco Bento Maria Targini, mencionava que a capitania possuía “Ar saudavel, o Ceo sereno, Campinhas amenas, Serras fertilissimas, Rios caudalozos, maiorm^{te}. na Estação das Agoas”. Como dito mais acima, a seca ainda não habitava a mentalidade do colonizador no século XVIII, deste modo nem mesmo o fenômeno de 1791 a 1793 era capaz de abalar

o nutritivo solo da capitania, pelo que enfatizava que “sendo hum terreno de tanta fecundid^e. que na preterita Seca inaudita mandou aos Portos do Seu consumo, para sima de trinta mil arrobas de algodão, quarenta mil arrobas de carne seca, e cem mil Couros salgados, e outros m^{tos}. generos”. A colônia cedia, assim, terreno propício para a agricultura, engrandecendo o reino, ainda que, segundo o governador, a chamada indolência dos habitantes e a falta de incentivo real não facilitassem a diversificação de outros gêneros, tais como: “coxonilha, anil, café, canella, pimenta, e a ipecacuanha”. Além desses produtos, lembrava ainda a pouca inclinação de se preservar as madeiras de lei, que poderiam ser usadas em construção naval. (VASCONCELOS, 1799, p. 1-4).

Vasconcelos neste texto ainda apontava para o que ele considerava como um outro problema encontrado no contexto local, mas que em nossa leitura enxergamos mais como uma continuidade ou mesmo consequência dos obstáculos já enfrentados pela capitania. Segundo ele, a falta de “homens habeis” a nível local era um empecilho, posto que era necessário pessoas que pudessem guiar pelas mãos os lavradores a ponto de estes poderem tirar todo o máximo de produção da terra. Alinhado à falta de homens práticos havia a ausência de “artífices capazes de construir as maquinas, instrumentos, que augmentão as forsas, e facilitão o trabalho” (*Idem*, p. 6). Vale ser destacado que apesar dos colonizadores acreditarem que com novas técnicas a produtividade seria transformada; o que se produzia concomitantemente era uma transformação na percepção de produção agrícola.

O mesmo governador confirmou nossa hipótese de que os obstáculos encontrados eram uma consequência da política metropolitana em relação à capitania do Siará Grande. Seguindo adiante no trecho onde comenta a questão dos homens hábeis e artífices, indagava que essa problemática era decorrente da falta de apoio e incentivo às letras e ciências por parte de Lisboa, o que não ocorria com outras capitanias, como Mato Grosso, Cuiabá e Rio Negro. Para estes locais ressalta que eram enviadas “Escollas, desde as primeiras Letras, athe Philosophia e Grego; Mathematicos, Engenheiros, Naturalistas e Artífices”, enquanto “o Siará na costa Maritima da América, prometendo mil riquezas a nossa Capital, não tem athe agora, hum Mathematico, hum Engenheiro, hum Naturalista, hum Artifice, hum Medico, e nem hum habil Cirurgião, sendo a Cauza porque vive escondido debaixo do manto de Pernambuco” (*Idem*, p. 6-7). Supomos que a posição de fronteira das três capitanias citadas acima justificasse a atenção demonstrada pela metrópole em detrimento de outras, como observado por Bernardo Manuel de Vasconcelos para o caso da capitania do Ceará.

A preocupação em torno da ausência de mãos habilidosas e práticas capazes de desenvolver plenamente as artes e as ciências na capitania davam o tom do que se julgava necessário para o progresso econômico em torno da lavoura cearense.

Lançamos então a questão: diante do que já foi exposto acerca da pretensa fertilidade do solo do Ceará para a agricultura, é possível pensar que se criou deste modo um *prognóstico*? Ressaltamos que o conceito de prognóstico aqui é entendido a partir de Reinhart Koselleck. Segundo este autor, os prognósticos nada mais são do que ideias de porvir que podem se mostrar verdadeiras ou não. Mas o que torna um prognóstico suscetível de realizar-se? Para Koselleck, os prognósticos têm total relação com as estruturas do passado, com os estratos do tempo e com a repetibilidade dos fatos. Deste modo estão vinculados uns aos outros. São através deles que projeções podem ter

maiores ou menores chances de acontecerem, porque “[...] o passado está contido em nossa experiência e pode ser verificado empiricamente. O futuro foge à nossa experiência e, portanto, não pode ser verificado” (2014, p. 190). Nesse sentido ainda enfatiza que, quanto mais repetições históricas houver, maiores são as chances de concretude de um prognóstico. A análise recai sobre as formas como os sujeitos avaliam a experiência histórica para proferir suas previsões. Como essas colocações são proferidas no tempo do sujeito que as expôs, sua capacidade de lidar com o futuro se torna estanque neste ponto. A partir daí não consegue tomar conhecimento se seus prognósticos se concretizarão ou não. No caso do trato com fontes para pesquisa histórica, a tarefa de validar tais projeções cabe a nós historiadores. Pressupomos então que se essas assertivas fossem verdadeiras os prognósticos dos governadores do período colonial em relação ao progresso econômico em face da agricultura não se concretizaram. E não se concretizaram porque os sujeitos que estavam à frente da administração local não se basearam na experiência histórica da colônia em relação ao cultivo agrícola.

Ainda que reconheçamos que os narradores coloniais aqui investigados precisavam criar esses prognósticos para legitimar o investimento da Coroa na capitania, não havia histórico de fenômenos ligados nem ao plantio recorrente, muito menos a um progresso da agricultura na história do processo de ocupação da capitania que pudessem levar os governantes coloniais a supor que no futuro o Ceará chegaria a ser um grande espaço de práticas agrícolas dos mais variados gêneros, ao contrário do que ocorria em outras partes do Brasil. Mesmo se levarmos em consideração somente a repetibilidade dos fenômenos, porque afinal estamos limitando a análise aos três níveis de tempo, como preconiza Koselleck (2014, p. 202-203), ainda assim temos que as projeções não se realizariam, porque não havia ainda àquela altura qualquer indício de uma repetição histórica baseada em um progresso agrícola. Chegamos a esta conclusão graças à comparação entre os discursos dos chefes administrativos do Ceará, tanto no período colonial quanto imperial.

Valdeci Lopes de Araújo (2008) revela que, no período imediatamente anterior ao processo de autonomia do Brasil, os intelectuais luso-brasileiros buscavam formas de restaurar a grandiosidade outrora experienciada por Portugal. Esse fenômeno, no entanto, não poderia ser resgatado no próprio reino, pois este já estaria demasiadamente degenerado. Restaria então buscar essa experiência na sua colônia mais próspera: o Brasil. O domínio americano, com seu manancial de riquezas, seria o responsável por conceder aos portugueses a “idade de ouro” vivenciada no passado. Seria uma espécie de regeneração. Tal pretensão era objetivada pelos estadistas desde a gestão de Rodrigo de Sousa Coutinho e seu evidente interesse em formar um império ultramarino entre metrópole e colônia. Essa situação, em teoria, deveria ter mudado drasticamente a partir de 1822. Os interesses seriam pautados em formar uma nova História para a recente nação, desvinculada do passado colonial. Havia a necessidade de inserir o Brasil em um novo tempo, seu próprio tempo.

Entretanto, analisando os pronunciamentos feitos por Presidentes de Província ao longo do século XIX em relação ao estado da agricultura no Brasil, notamos que a visão que se tinha sobre esse ramo praticamente não se alterou, quando comparados aos depoimentos dos agentes administrativos coloniais. Os motivos que levavam à estagnação variavam conforme a fala do presidente em exercício, mas de modo geral o aumento da economia agrícola era sempre

algo que se esperava atingir, nunca chegando de fato a se concretizar. Neste sentido, destacamos a fala do presidente Francisco de Sousa Martins no relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1840. Informava ele que:

A nossa Província, nunca poderá competir com outras muitas do Império na abundância dos productos agrícolas: porque as terras mais apropriadas ao cultivo dos generos coloniais são somente as chapadas das altas Serra, e o fertelissimo valle do Cariri; o qual pela longa distância, em que se acha dos portos de embarque e consequente dispendio dos transportes, fica inteiramente inutilizado para o comercio de exportação. Os demais terrenos da Província genericamente fallando, só produzem bem os legumes ordinarios, que servem para o consumo interno (MARTINS, 1840, p. 10).

Como podemos observar neste caso, os motivos que levavam a província ao não desenvolvimento pleno dos produtos agrícolas estavam mais diretamente ligados à topografia da região. Abandonava-se a ideia difundida no século anterior de que a totalidade do Ceará era fértil, propícia ao cultivo de todos os gêneros, para adotar a premissa de que somente nas regiões de serra ou chapadas (Baturité, Ibiapaba, Araripe) era possível se realizar uma lavoura de extensão, voltada tanto para as demandas internas quanto externas. Por outro lado, o isolamento dessas regiões ocasionado por falta de meios de comunicação, fosse terrestre ou fluvial, impedia que a produção pudesse escoar, fazendo praticamente com que se tornasse matéria descartável para o incremento econômico.

A ausência de novas técnicas de aperfeiçoamento e controle de pragas também se mostrava como uma barreira quase intransponível. Neste mesmo relatório, Francisco de Sousa Martins revela os infortúnios vivenciados pelos plantadores de algodão com relação à praga da ferrugem, que estava assolando toda a produção. Não há indícios de que a utilização de técnicas científicas para o controle de pragas tenha sido praticada para minar este problema. A esperança de melhora estava depositada no tempo da natureza, pois somente a ela caberia o processo de melhora deste produto. Só a partir disso se poderia voltar a pensar no algodão como forma de geração de grandes riquezas para a província.

O atraso se fazia sentir em anos ulteriores. Em 1844, José Maria da Silva Bitancourt apresenta o relatório de seu governo. Dentre os pontos levantados sobre a agricultura, ressaltava os problemas ainda enfrentados nas lavouras de algodão devido à doença da ferrugem, forçando ainda mais a produção, colheita e exportação. A diversificação e modernização com outros produtos e técnicas também não indicava sinal de melhoria para a província. O fumo não despertava interesse dos lavradores e a cana permanecia sendo cultivada e processada de forma bastante rudimentar, com os agricultores não demonstrando iniciativa em modernizar seus engenhos:

[...] Muito converia, que os proprietarios, conscios de seus verdadeiros interesses, deixassem essas rotinas reprovadas, e lançassem mão dos novos processos, que o aperfeiçoamento da mecanica, e chymica tem ensinado. Elles tudo ganharião sem nada perder, por isso que agora principiao, e não tem que demolir para crear. He verdade que os novos maquinismos são mais dispendiosos; porém dão elles tanta vantagem no emprego do tempo para extracção do summo, ou caldo, e tanto proveito na crystalisação da substancias acharina, ou destilação do alcool, que bem compensados ficão logo estas

maiores despesas. A cozedura do caldo por meio do vapor, segundo systema de Derosne tem sido aconselhado com preferencia, e o uso da prensa hydraulica para a extracção do caldo tem merecido elogios; eu não o posso todavia sustentar, com quanto conheça o poder de hum, e outro agente, por que ainda não tive occasião de os vêr applicados ao objeto (BITANCOURT, 1844, p. 15-16).

O presidente destacava ainda o recebimento do jornal *Auxiliador da Industria Nacional*, recomendado pelo governo imperial, para que pudesse tornar públicas as ideias nele contidas e assim aprimorar as técnicas existentes na província, o que de certa forma já explica as instruções de cunho industrial defendidas por ele na passagem acima. Exemplo disso é a defesa do uso das “caldeiras de processamento a vácuo do caldo de cana fabricadas pela firma francesa Derosne&Cail, que elevavam em muito o rendimento açucareiro e a produtividade do trabalho escravo” (MARQUESE, 2001, p. 21-22).

Não obstante deixava claro no pronunciamento que poderia sim, a agricultura e o comércio de grão e gêneros cresceram no Ceará, “[...] não pode porêr esperar-se, que essa differença se faça sensível d’hum a outro anno; ella virá tanto mais promptamente, quanto mais tranquillase conservar a Provincia, mais laboriosa se tornar sua população, e mais justo, e creadorfôr seu governo” (BITANCOURT, 1844, p. 16).

Discursos nessa perspectiva serão sintomáticos por praticamente toda a primeira metade do século XIX no Ceará enquanto província imperial. Na esteira desse pensamento está o proêmio do relatório do presidente Ignacio Correia de Vasconcellos, apresentado em sessão da Assembleia Provincial de 1847. Sobrecarregado ainda pelas consequências da seca que atingiu a província entre 1844 a 1846, decide iniciar a demonstração frente aos parlamentares esboçando breves considerações seguidas de alertas sobre como essa intempérie tendia a influenciar diretamente os negócios provincianos, obstruindo com seus agravos a prosperidade a que tanto a elite local almejava. Deste modo, dizia que:

O mal preterito que só pode ser remediado pelo bem futuro; este que jamais poderemos conseguil-o se no presente delle não nos occuparmos, nos devem merecer a mais seria e acurada attenção. Convem pois que empreguemos quanto for possivel as nossas forças a fim de evitarmos a calamidade, que tantas vezes nos tem batido a porta, e não ficarmos atraz das demais provincias do imperio. *Quando todas se occupão de grandes melhoramentos materiaes; quando procurão e em parte tem conseguido aperfeiçoar os mais importantes ramos da sua industria; quando em todas ellas se crião sociedades e instituições das quaes vão colhendo grandes beneficios; o Ceará, entregue a mil obstaculos, que impedem o seu desenvolvimento, parece ficar muito a quem do que ja hoje deveria ser.* A industria em geral se acha no maior atraso. A agricultura, esse manancial do qual tudo poderíamos esperar, não tem sido encarada como a primeira, e talvez a unica fonte d’onde ha de emanar a nossa prosperidade: ella, bem se pode dizer, é quasi exercida somente pela classe pobre, q’ não tem a força necessaria para leval-a ao ponto conveniente aos interesses da província. *Dahim vem em grande parte o mal da fome de que em repetidas occasiões temos sido victimas, pois nossos agricultores em lugar deplantarem alem do que reclamão as suas precisões e as da província, muitas vezes nem para si mesmo chega o que colhem* (VASCONCELLOS, 1847, p. 2-3). (Grifos nossos)

No discurso de Ignacio Correia de Vasconcellos, notamos a presença de algumas das mesmas reclamações proferidas pelos governadores do Ceará enquanto capitania, João Batista Azevedo de Coutinho Montauray e Bernardo

Manuel de Vasconcelos. Chama a atenção as comparações com outras províncias, que, na visão do presidente, gozavam de muito mais prosperidade decorrente de instituições de cunho científico, de incremento na indústria – que englobava nesse conceito a agricultura e as manufaturas em geral –, além da pouca inclinação dos habitantes em praticar a lavoura, mesmo aquela destinada para subsistência. Tais comparações compunham a narrativa e mostravam um Ceará tal como se ainda estivesse temporalmente no século dezoito e princípio do dezenove.

Denotamos através do que foi exposto acima, baseando-se nos três discursos dos Presidentes da Província do Ceará, que em um espaço de sete anos, ou seja, entre 1840 a 1847, os *prognósticos* levantados ainda no Período Colonial pelos governadores locais acerca da era de prosperidade que seria vivenciada pelo Ceará através da agricultura, por conta de seu terreno fértil, rios caudalosos e sua estação das águas, de fato, até àquela altura, não haviam se concretizado. Na primeira metade dos Oitocentos, a província ainda vivia momentos de vislumbre, à espera do inaudito crescimento econômico e do progresso de sua população, semelhantes ao que já viviam outras províncias, especialmente as do Sul do Império.

As mudanças observáveis dentro dos discursos destes três sujeitos remetem à assimilação de novas barreiras que pudessem justificar o sintoma de atraso que vivia a província. No Relatório de Francisco de Sousa Martins, de 1840, os problemas baseavam-se exclusivamente no desenho geográfico e geológico da região, que impedia que gêneros produzidos sertões adentro pudessem ser escoados para o porto da capital; José Maria da Silva Bitancourt argumentava sobre a falta de disposição dos agricultores em adotar práticas modernas de plantio e colheita, além de não demonstrarem inclinação às novas culturas; por fim, em Ignacio Correia de Vasconcelos percebemos uma realidade próxima daquilo já exposto pelos governadores ainda no período que o Brasil era colônia de Portugal, além de ser possível observar a seca como um iminente responsável dos problemas vividos na província em relação à expansão agrícola, destacando a necessidade para remediar seus efeitos.

Por outro lado, é interessante notar que, no crepúsculo do século XIX, precisamente em 1893, quando o Império já havia findado e passávamos a viver sob o alvorecer do período republicano, as percepções sobre a realidade econômica do Ceará, especialmente as que envolviam a agricultura, ainda eram, por assim dizer, as mesmas, se comparadas com aquelas produzidas entre o final dos Setecentos e primeira metade dos Oitocentos. É o que nos mostra Thomaz Pompeu de Souza Brasil Filho no seu proêmio ao trabalho sobre os produtos do Ceará remetidos à Exposição de Chicago. Nesse texto, ao expor a parte econômica, de início já nos diz que a “agricultura – este ramo de indústria não tem feito progresso no estado” (BRAZIL FILHO, 1893, p. 65). Seguindo no mesmo parágrafo o autor atesta:

Pode-se afirmar sem receio de contradita que ainda hoje são usados na lavoura os processos e instrumentos rudimentares que o colono português empregou ao rotear as mattas virgens que encontrou, isto é, abater as árvores, deixal-as expostas ao sol para seccar e queimal-as em seguida afim de obter a potassa das cinzas.

Por este systema, mais de metade das mattas da província foram abatidas, sem proveito para a lavoura e em deproveito do solo que, não preservado da acção dos raios solares, resequiou a ponto de impedir a

vegetação por falta da porosidade necessária para alimentar com humidade e ventilação a raiz da planta (BRAZIL FILHO, 1893, p. 65).

Como podemos perceber, a crítica inicial já recai sobre a permanência dos modos de cultivar dos agricultores herdados da colonização portuguesa. Considerados primitivos em suas técnicas por adotar único e simplesmente o sistema de derrubadas e queimadas de matas, tais práticas são apontadas pelo autor como uma das responsáveis pelo estado de atraso da agricultura no estado. Aliado a esse sistema destrutivo estavam presentes os instrumentos agrícolas, a saber, a foice, o machado e a enxada, peças estritamente para trabalhos manuais, ou seja, sem a incorporação de maquinários mais modernos que pudessem otimizar e melhorar as produções. Além disso, Pompeu Filho comenta negativamente sobre o método de semear, que se limitava a escavar superficialmente a terra para receber a semente, posto que nestas circunstâncias “[...] os saes nutritivos que se acham na superfície são depressa gastos sem se renovarem com os das camadas inferiores”. O autor não chega a esboçar uma alternativa para esta situação considerada por ele mesmo como um problema (BRAZIL FILHO, 1893, p. 66).

Toda a preocupação em expor através de análise histórica o passado econômico da então província do Ceará estava centrado no próprio projeto da Comissão de Chicago. Tendo entre seus integrantes grandes comerciantes locais, como Isaie Boris, proprietário da loja de importações e exportações Boris Freres et Cie., e membros do Instituto Histórico do Ceará, tais como Bezerra de Menezes, Júlio César da Fonseca, além do próprio Pompeu Filho, a proposta dos responsáveis pela Comissão era traçar de maneira científica a história do Ceará, apontando os vícios e virtudes em termos gerais, para que isso pudesse servir de atrativo ao capital estrangeiro. Atuavam no poder com suas ideias científicas e “[...] defendiam um ideal de progresso e desenvolvimento econômico ‘entendido como reverso do atraso colonial, isto é, a herança do domínio português, que permanecia viva numa economia exclusivamente agrária e numa sociedade de privilégios instituídos’” (OLIVEIRA, 2005, p. 82-83). Percebemos aqui mais um indício de que se a essa altura tais sujeitos ainda comentavam sobre o atraso colonial, então é permitido supor que a ruptura do tempo pensada por luso-brasileiros no início do Império de fato não se concretizou.

Brazil Filho continuava seu texto tecendo críticas acerca da falta de variedades na cultura agrícola. Para ele, limitar a terra à lavoura de apenas três gêneros (café, algodão e cana de açúcar) era fazer com que o solo dentro de brevíssimo tempo se tornasse “cansado”, sinônimo de improdutividade, porque nem mesmo a iniciativa de adubação os lavradores carregavam consigo, sendo ainda adeptos de uma agricultura itinerante: “as terras se tornam *cansadas*, como vulgarmente se diz, depois de alguns anos de trabalho, e como imprestáveis são desamparadas por outras mais longinhas, que por seu turno também se esgotam” (BRAZIL FILHO, 1893, p. 66).

Trata-se de um texto rico em detalhes em que o autor faz algumas considerações sobre o histórico da natureza agrícola no Ceará para servir de apresentação para a Exposição Industrial de Chicago, por isso sua relevância não pode ser diminuída. Como afirma Almir Leal de Oliveira:

Ele procurou reunir o conhecimento sobre o Ceará que pudesse indicar uma intervenção na ordem do progresso que fosse guia do desenvolvimento capitalista no Ceará. Visou Pompeu Filho, sobretudo, a complementação do estudo estatístico que seu pai publicou em 1861. Dessa forma, aqueles que quisessem conhecer o Ceará no início do período republicano teriam ali um guia completo (OLIVEIRA, 2005, p. 89-90).

Chama a atenção, por exemplo, dentre os vários pontos tocados em sua narrativa⁴, a análise retrospectiva em cima dos discursos proferidos por presidentes de província do Ceará, alguns deles inclusive citados anteriormente neste trabalho. Sua intenção é mostrar como passado e presente estão integrados quando o assunto é a agricultura e seu grau de estagnação. Por um lado, reconhece que a cultura do solo sofreu alguma melhora, afinal estamos falando da ordem de pelo menos cinco décadas de diferença, se tomarmos o primeiro discurso ao qual ele usa como referência, no caso o do ex-presidente provinciano Ignacio Correia de Vasconcelos. Por outro lado, o caráter nada animador de sua visão volta à tona quando diz que “[...] muito falta para consolidar-se e tornar-se uma industria prospera e lucrativa” (BRAZIL FILHO, 1893, p. 72). Para corroborar sua tese, diz que:

Das falas presidenciaes, exaradas em documentos officiaes, depreheende-se que pouco ou quasi nenhum progresso tem feito a agricultura neste estado, em relação a qualidade dos productos, depois que emancipou-se da tutella da União.

Um a um, lamentam seus administradores a permanência e continuidade do mesmo regimen de plantações, que reputam tão rudimentar como nos primeiros séculos da colonização portugueza. Nenhum processo novo vem quebrar a monotonia da *rotina* ou mostrar espírito de progresso no lavrador (BRAZIL FILHO, 1893, p. 72). (Grifos no original)

A partir deste ponto, ele retoma a fala de alguns ex-presidentes provinciais, inicialmente citando Ignacio Correia de Vasconcellos:

Eis o que se nos depara nas falas presidenciaes: No relatorio com que abriu a sessão de 1.º de Julho de 1847 disia o presidente Ignacio Correia de Vasconcellos:

A agricultura, esse manancial do qual tudo poderíamos esperar, *não tem sido encarada como a primeira e talvez a unica fonte d’onde ha de emanar a nossa prosperidade*; ella bem que se pôde dizer é *quase exercida, somente, pela classe pobre*, que não tem a força necessaria para leval-a ao ponto converniente aos interesses da província.

Despida absolutamente de lagos e rios, sem possuir essas grandes mattas que, conservando o solo sempre molhado e humido, purificando os ares, e attrahindo a electricidade que passa sobre suas frondosas cabeças, desafia e faz produzir as chuvas, a provincia tem de todo despresado um dos pontos mais importantes de que deveria se occupar, e *visto com os olhos* de indiferença suas poucas mattascahirem

⁴Suas outras considerações a respeito do estado da agricultura no Ceará, *grosso modo*, envolviam a ausência de incentivos à introdução de máquinas modernas capazes de tornar o trabalho mais eficiente e menos oneroso e, dentro da lógica de incentivo, em seu entendimento, o que pesava também era a falta de capital, de bancos que pudessem oferecer créditos aos lavradores. Primeiro porque a circulação de dinheiro no Ceará era visivelmente deficiente, mal tendo condições de suprir as necessidades da capital, muito menos as do interior. Segundo que por ser a agricultura uma atividade econômica “sujeita a mil accidentes”, tais como irregularidades climáticas, incêndio, ataques de animais, ataques de parasitas, negligência do lavrador etc., tudo isso fazia com que os banqueiros fossem carregados de incertezas quanto ao reembolso da quantia tomada de empréstimos. Consequentemente, a burocracia aumentava, o dinheiro que circulava para atender às demandas da lavoura diminuía e o atraso da agricultura persistia. (BRAZIL FILHO, 1893, p. 67-71).

ao golpe destruidor do machado do agricultor ignorante. D'isto tem resultado a esterilidade de nossos invernos.

A nossa primeira necessidade é a agua; e por que não tivemos a ventura de possuir lagos e rios perennes para refrescarmos os nossos campos ao menos conservemos as poucas mattas que temos, e procuremos formar outras.

Essas considerações me levam a pedir-vos que decreteis a repressão da continua e improficua *derrubada de nossas mattas*, premiando os que ao fim de 10 annos apresentarem um plantio de certo numero de arvores, que mais servirem á edificação, etc. (BRAZIL FILHO, 1893, p. 72) (Grifos no original)

Expondo elementos do discurso de Ignacio Correia de Vasconcellos não levantados por nós anteriormente, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho mostra que, para aquele ex-presidente, o declínio – ou pelo menos a estagnação da atividade agrícola – estava diretamente relacionado à questão da derrubada das matas, algo largamente praticado pelos agricultores. Sem matas, consequentemente o território se tornava mais suscetível à seca, posto que a província não era dotada de muitos reservatórios naturais de água, como lagos e lagoas, e os rios em sua maioria eram intermitentes, o que agravava ainda mais a situação.

Para enfatizar seu ponto de vista, Pompeu Filho recorreu aos discursos de outros administradores provinciais, tais como Joaquim Marcos de Almeida Rego, Joaquim Villela de Castro Tavares, Conselheiro Pires da Mota, Francisco Xavier Paes Barreto, Herculano Antonio da Cunha, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Silveira de Souza, Duarte de Azevedo, Laffayette Rodrigues Pereira e Esmerino Gomes. Todos estes ex-presidentes, cada qual a seu modo, justificavam o estágio de atraso da agricultura de diversas formas: pela ausência de capital que pudesse ser investido nos agricultores, pela falta de mão de obra, bem como pela falta de incentivo à introdução de maquinários. Por exemplo, em 1859, Silveira de Souza dizia que:

A falta de braços era cada vez maior e que a provincia carecia de um systema regular e bem pensado de legislações e instituições de credito rural, de boas estradas, de bons portos, de uma *educação profissional agrícola*, de *estabelecimentos normaes desta espécie*, da introdução de machinismos aperfeiçoados de lavoura. (BRAZIL FILHO, 1893, p. 74) (Grifos nosso)

A falta de incentivo e ações contundentes dos governos centrais em imprimir no Ceará um ritmo de fomento às ciências, como a instalação de instituições próprias para este fim, ou mesmo, o envio de homens de saber científico para que pudessem inserir no cotidiano local práticas relacionadas às técnicas de modernização dos trabalhos no campo estavam continuamente dentro das pautas dos governantes no decorrer dos Oitocentos.

Conclusão

Como vimos ao longo do texto, algumas das causas que buscavam justificar o sintoma de atraso da agricultura no Ceará e que conseqüentemente atrapalhavam o tão desejado ciclo do progresso, eram assuntos que já vinham sendo debatidos desde fins do século XVIII e início do XIX. Nesse sentido, observamos que a pouca inclinação dos colonos em se dedicar às culturas agrícolas, de preferência a mandioca, grande fonte de alimentação das comunidades, era umas principais fontes de reclamação. Mas não somente ela, tendo em vista que havia também a queixa decorrente da pouca diversidade nos gêneros cultivados, tanto para consumo local como para o mercado.

Torna-se imperativo reiterar que para os funcionários do período colonial nem mesmo a seca era capaz de retirar do solo local a sua plena fecundidade. O Ceará com seu “Ar saudavel, o Ceo sereno, Campinhas amenas, Serras fertilissimas, Rios caudalozos, maiorm^{te}. na Estação das Agoas” era o cenário ideal para o desenvolvimento da agricultura tão caros aos objetivos da Coroa Portuguesa, bastava para isso que a população passasse a se dedicar à lavoura tanto quanto se dedicava à pecuária.

Na virada para o século XIX, na transição para a autonomia política da colônia e mesmo após esse fenômeno, o que se viu nas documentações dispostas na investigação foi o discurso de uma região ainda com grande potencialidade para a agricultura, mas que precisaria de alguns incrementos. Nesse sentido era necessário investimentos na vinda de homens de ciência, instalação de instituições de ensino, interesse em novas tecnologias – por exemplo, máquinas e conhecimento em novas ciências, como a Química – além de, no limite, os agricultores locais demonstrarem maior interesse em laborar a terra. Na lógica dos homens de outrora, se todas essas recomendações fossem seguidas seria possível finalmente ao trabalhador largar a *rotina*, àquela altura tida como sinônimo de atraso, garantindo a prosperidade da região.

Concluimos através das evidências trazidas aqui que as preocupações em relação ao estado da agricultura no último quartel do século XVIII se estendeu por toda a centúria seguinte, sem que fosse possível romper com as práticas do período colonial, vistas então como sintoma de atraso. Os prognósticos positivos não se confirmaram e o diagnóstico para o século XIX foi de um presente ainda preso ao passado.

Referências

- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. Rio de Janeiro: Aderaldo & Rothschild. Coleção Estudos Históricos, 2008.
- BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BITANCOURT, José Maria da Silva. *Relatorio do ex.mo presidente e commandante das armas da provincia do Ceará, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o de julho de 1844*. Ceará, Typ. Cearense de J.P. Machado, 1844. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.
- BRAZIL FILHO, Thomaz Pompeu de Souza. *Estado do Ceará na Exposição de Chicago. Fortaleza*. Typ. d'A Republica – Rua do Major Facundo, n. 54. 1893.
- CESCO, Susana. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Introdução*. In: TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Org. Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARTINS, Francisco de Sousa. *Relatorio que apresentou o exm. senhor doutor Francisco de Sousa Martins, presidente desta provincia, na ocasião da abertura d'Assemblea Legislativa Provincial no dia 1.o de agosto de 1840*. Ceará, Typ. Constitucional, 1840. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.
- MONTAURY, João Batista de Azevedo Coutinho de. *Ofício do capitão-mor do Ceará ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se à criação de gados*, Ceará 1782. Caixa 9; Doc.: 590. Digitalizados. Disco 2; Pasta 9; n. 480.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica*. In: *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia/Arquivo Público do Ceará*. Fortaleza, v 1 – 2005.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *O conhecimento científico da caatinga no século XVIII*. In: *Sertões Adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. [Org. Lorelai Brilhante Kury]. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 112-159.
- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói: Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, 1990.
- VASCONCELOS, Bernardo Manuel de. *Carta do Governador do Ceará ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que descreve pormenorizadamente a referida capitania em aspectos relativos à população, agricultura e comércio*, 1799. Caixa 13; Doc.: 745. Digitalizados; Ceará 2; Pasta 13; n. 472.
- VASCONCELOS, Bernardo Manuel de. *Ofício do governador do Ceará ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as obras que contêm as instruções feitas por naturalistas para utilidades nas colônias*, 01 de março de 1800. Caixa 13; Doc.: 765. Digitalizados. Ceará 2.
- VASCONCELOS, Bernardo Manuel de. *Ofício do governador do Ceará ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as instruções coligidas por naturalistas, por ordem de S. Majestade, para a utilidade das colônias*, 01 de outubro de 1800. Anexo: 2ª via. Caixa 14; Doc.: 801. Digitalizados. Ceará 2.

VASCONCELOS, Bernardo Manuel de. *Ofício do Governador do Ceará ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o incentivo à plantação de mandioca*, 30 de setembro de 1801. Caixa 15; Doc.: 865. Digitalizados; Disco 2; Pasta 15; n. 149.

VASCONCELLOS, Ignacio Correia de. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma provincia, o coronel graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em o 1.o de julho de 1847*. Ceará, Typ. Fidelissima de F.L. de Vasconcellos, 1847. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil>> Acesso em 02 de setembro de 2018.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p 198-215. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>> Acesso em 23 de janeiro de 2021.

Submissão: 21/09/2020

Aceite: 03/02/2021